

ABINEE COMEMORA PRORROGAÇÃO DA LEI DE INFORMÁTICA

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 4 de junho, o Projeto de Lei 6727/13, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que prorroga por dez anos a Lei da Informática.

O texto do Projeto de Lei 6727/13, que teve relatoria do deputado João Maia (PR-RN), prevê a manutenção dos incentivos, com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - em 80% até 31 de dezembro de 2024, reduzindo para 75% de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026, e de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029 ficará em 70%. A Câmara aprovou, também, a contrapartida de 4% do faturamento bruto das empresas a título de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

de TIC e significa uma plataforma poderosa para que o Brasil possa candidatar-se a um lugar de destaque no novo cenário tecnológico mundial”.

Segundo ele, a medida contribui para a isonomia competitiva da indústria de TICs instalada em todo o país em relação à Zona Franca de Manaus.

Durante todos os dias que antecederam a votação, Humberto Barbato, acompanhado de diretores da **Abinee**, atuou de forma intensa em Brasília, buscando o entendimento para a prorrogação da Lei, e mantendo contatos com o presidente da Câmara, Henrique Alves, deputados federais, líderes de partidos, com o autor e com o relator do PL, e também com representantes dos ministérios da Casa Civil, da Ciência e Tecnologia, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O PL segue para aprovação do Senado. Até o fechamento deste **Em Foco**, o tema não havia sido apreciado pelos senadores.

Em recente estudo, elaborado pela **Abinee** em parceria com suas associadas, a entidade apresenta argumentação, fundamentada em números oficiais, demonstrando que as conquistas alcançadas pelo país e pelo setor produtivo industrial do setor de TIC devem-se, em grande medida, à Lei de Informática. O documento destaca que, passados 23 anos de sua criação e 21 anos de sua efetiva regulamentação, em 1993, a Lei de Informática segue como um raro e precioso marco regulatório no panorama industrial e tributário nacional, por sua permanência, solidez, grau de aceitação e efeitos benéficos distribuídos ao longo de toda a cadeia produtiva, favorecendo o equilíbrio com a Zona Franca de Manaus, permitindo a diversificação e a distribuição geográfica da indústria de TIC por todo o País. O trabalho traz um conjunto de propostas concretas, que visa o aperfeiçoamento da Lei de Informática, além da preservação e ampliação das conquistas já alcançadas.



O presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, destacou a importância da decisão unânime dos deputados, afirmando que “a Lei de Informática é uma política para o desenvolvimento do setor

BARBATO FALA SOBRE SITUAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO COM SECRETÁRIO DO MF

O presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, manteve, no dia 28 de maio, reunião com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland. Entre outros assuntos, ele solicitou medidas para socorrer os fabricantes de equipamentos elétricos e a prorrogação da isenção de PIS e Cofins sobre a venda de equipamentos de informática, que vence no final desse ano.

Assim como havia feito durante reunião com a presidente Dilma Rousseff e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior, Mauro Borges, Humberto Barbato voltou a destacar que a crise por que passa as distribuidoras de energia afeta a entrada de encomendas para os fornecedores de equipamentos elétricos. “É preciso algum mecanismo de incentivo para a retomada dos negócios, mesmo que seja de estímulo às exportações”, afirmou o presidente da **Abinee**.

Entre as medidas apresentadas pela **Abinee**, está a volta do Reintegra, programa que até o ano passado devolveva às empresas até 3% do valor exportado em manufaturados.

ABINEE DESTACA NO SENADO ASPECTO TRIBUTÁRIO DA LOGÍSTICA REVERSA

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado promoveu, nos dias 3 e 4 de junho, audiência pública para subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade. Foram convidados para o evento, representantes de órgãos governamentais, associações, ONGs e empresas.

O diretor da Área de Sustentabilidade da **Abinee**, André Luis Saraiva, apresentou a visão do setor eletroeletrônico sobre o tema, destacando os desafios para a implantação da logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e que foram evidenciados na proposta para implantação do sistema de recolhimento dos eletroeletrônicos, entregue pelo setor ao governo, no início deste ano. Especificamente sobre a questão tributária da logística reversa, Saraiva salientou a participação pecuniária do consumidor para custeio da logística reversa, destacada do preço do produto e isenta de tributação. “Em qualquer lugar do mundo



Pedro França/AG Senado

Bastaan Reydon (Unicamp), André Saraiva, Senador Rodrigo Rollemberg, Caio Magri (Ethos), Jonathas Durães Jr. (Prefeitura de Guarulhos/SP)

que possui sistema de logística reversa de eletroeletrônicos, o consumidor paga uma parte desse custo. Nós achamos justo que isso seja especificado na nota fiscal na aquisição de um equipamento novo, sem que incidam impostos sobre essa taxa”, disse. A proposta deve ser discutida no Senado Federal.

NOVO EDITAL DO PROGRAMA START-UP BRASIL INCLUI HARDWARE

O secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (Sepin/MCTI), Virgílio Almeida, e representantes do programa Start-Up Brasil, lançaram no dia 27 de maio, na Abinee, o edital para a seleção de 100 startups, dividido em duas etapas. A primeira contempla 50 startups, sendo 75% das vagas destinadas a empresas brasileiras e 25%, a empresas internacionais. As inscrições terminam no dia 14 de julho. Inserida no programa TI Maior, a iniciativa do MCTI, em parceria com aceleradoras, visa apoiar empresas nascentes de base tecnológica. O pro-

grama repassará até R\$ 200 mil para cada startup selecionada desenvolver os projetos apresentados.

A grande novidade deste segundo edital em relação ao lançado em 2013 é a possibilidade de que empresas que adotem soluções inovadoras em hardware possam participar do Start-Up Brasil. Até então, apenas as soluções em software eram contempladas. “A inclusão de hardware vem ao encontro de uma tendência de mercado e visa dar oportunidade para o desenvolvimento de dispositivos e gadgets, principalmente, dentro do contexto da internet das coisas”, disse Almeida.

REUNIÕES COM DILMA ROUSSEFF

Valter Campanato/ABr



O presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, participou dos dois encontros que a presidente Dilma Rousseff manteve com líderes empresariais no final do mês de maio.

Na reunião realizada no dia 27 de maio foi anunciada a perenização da desoneração da folha de pagamento. Para Barbato, a decisão do governo em tornar permanente a medida é fundamental para a redução de custos para as empresas, propiciando uma maior capacidade de competição. “Isto mostra que o governo entendeu a situação delicada pela qual tem passado a indústria”, disse.

Na oportunidade, o presidente da **Abinee** destacou que, atualmente, a desoneração da folha contempla 40% dos produtos do setor eletroeletrônico. “O benefício é utilizado, em média, por 90% do setor elétrico e 10% do setor eletroeletrônico. A desoneração fica estimada em R\$ 650 milhões, já a contribuição do setor chega a R\$ 3,2 bilhões com a previdência”, afirmou.

No entanto, Barbato salientou à presidente Dilma Rousseff sua preocupação em relação à baixa capacidade de investimentos das distribuidoras de energia, que faz com que os fabricantes de equipamentos elétricos para distribuição fiquem sem encomendas. Como forma de reverter este quadro, o presidente da **Abinee** propôs à Dilma e também aos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Mauro Borges, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- presentes na reunião -, que sejam adotadas medidas para estimular as distribuidoras, minorizando as dificuldades das indústrias do setor elétrico. “Ao mesmo tempo em que a desoneração traz ganhos de competitividade, a demanda está abaixo do esperado”, ressaltou.

Fórum Nacional da Indústria

O presidente da **Abinee** marcou presença, também, na reunião dos integrantes do Fórum Nacional da Indústria da CNI com a presidente Dilma Rousseff, realizada no dia 22 de maio, no Palácio do Planalto, em Brasília. Durante o encontro, que durou cerca de três horas, os empresários propuseram um conjunto de ações de curto e médio prazo nas áreas de infraestrutura, políticas setoriais, legislação trabalhista, tributação, comércio exterior e política industrial, como forma de recuperar a competitividade da indústria e estimular os investimentos.

Humberto Barbato ficou encarregado de apresentar à presidente os temas referentes à área trabalhista. Ele enfatizou três temas que interferem na competitividade e nos investimentos, em função da insegurança jurídica que geram. O primeiro deles refere-se às normas reguladoras nº 12 (Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos) e nº 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), do Ministério do Trabalho. Outro tema abordado foi a necessidade de aprovação da terceirização como forma de aumentar a competitividade. Barbato tratou, ainda, da redução da jornada para 40 horas semanais. Segundo ele, em um momento de pleno emprego, tal proposta seria um caos no mercado de trabalho, aumentando significativamente o custo do trabalho.

Na reunião, que também contou com a presença dos ministros Guido Mantega e Mauro Borges, os empresários pediram, ainda, o retorno do programa de estímulo às exportações, o Reintegra, que terminou no ano passado.



Miguel Angelo/CNI

DIRETOR DA EPE FALA NA ABINEE SOBRE LEILÃO PARA ENERGIA FOTOVOLTAICA

Em reunião realizada na **Abinee**, em 27 de maio, o diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), José Carlos de Miranda Farias, abordou o leilão de energia de reserva por fonte, destinado a projetos de energia solar, eólicos e termoelétricos movidos à biomassa, marcado para o dia 10 de outubro. As fontes disputarão o leilão em produtos separados, ou seja, não irão competir entre si. De energia fotovoltaica, devem ser contratados 100 MW médio/ano, com entrega a partir de 2017. Segundo Miranda Farias, os requisitos técnicos para as usinas serão nos moldes do Leilão A-3/2013, no qual foram cadastrados 109 projetos de energia solar fotovoltaica, com potência instalada de 2729 MW. Durante o evento, o diretor da EPE destacou o potencial de energia solar no Brasil, que dispõe

de uma irradiação diária média entre 1.500 e 2.400 kWh/m²/ano.

Ele afirmou, também, que a viabilização econômica da produção da energia solar fotovoltaica no mercado brasileiro de energia elétrica traz a necessidade de um conjunto de regras específicas para a contabilização da sua contratação, adequadas às suas características físicas. “A variabilidade típica da geração solar fotovoltaica é menor do que a eólica, indicando um ajuste para estreitamento das margens contratuais de produção anual de energia”, disse.

Miranda Farias salientou, ainda, o objetivo do governo em minimizar o custo de produção da energia, promovendo a competitividade da fonte solar fotovoltaica, através dos leilões, que conferem escala para a fabricação no país.

DÉFICIT DO SETOR ATINGE US\$ 12 BILHÕES

O déficit da balança comercial de produtos eletroeletrônicos atingiu US\$ 12,25 bilhões, no acumulado de janeiro-abril de 2014, 8% acima do mesmo período de 2013. As exportações de produtos elétricos e eletrônicos (US\$ 2,13 bilhões) ficaram 6,0%

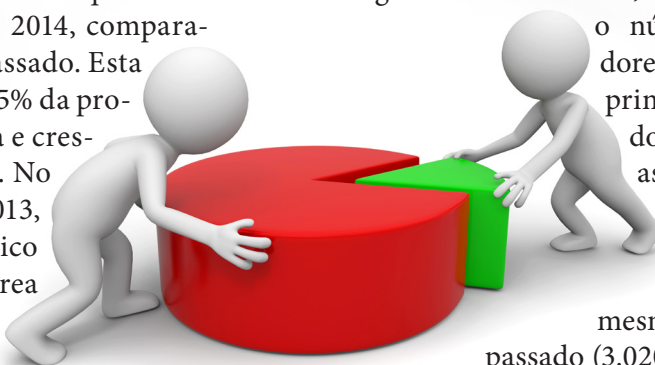
abaixo das registradas no mesmo período do ano passado (US\$ 2,27 bilhões). As importações de produtos elétricos e eletrônicos cresceram 5,3% no acumulado dos quatro primeiros meses de 2014 em relação ao mesmo período de 2013, totalizando US\$ 14,4 bilhões.

PRODUÇÃO EM QUEDA

Dados do IBGE, agregados pela **Abinee**, apontam que a produção física das indústrias do setor eletroeletrônico registrou queda de 4,4% no primeiro quadrimestre de 2014, comparado com o mesmo período do ano passado. Esta queda é resultado da retração de -7,5% da produção das empresas da área elétrica e crescimento de 1,4% da área eletrônica. No mês de abril/2014 frente a abril/2013, o decréscimo do setor eletroeletrônico como um todo atingiu 12,8%. A área elétrica apresentou queda de 15% e a eletrônica, retração de 8,5%.

MENOS CONTRATAÇÕES

Dados da **Abinee** apontam que as indústrias do setor eletroeletrônico abriram 410 novas vagas no mês de abril, elevando para 2.260 o número de trabalhadores contratados nos primeiros quatro meses do ano. Entretanto, as contratações deste quadrimestre são 25% menores que as realizadas no mesmo período do ano passado (3.020).



EXPEDIENTE

abinee

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA

WWW.ABINEE.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL
HUMBERTO BARBATO
DÁRIO BAMPA

EDITOR
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
MTB 12.723

REDAÇÃO
JEAN CARLO MARTINS
RENATA NOGUEIRA SILVESTRE

FOTOS
ARQUIVO ABINEE